



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 6.915, DE 2006

Estabelece diretrizes para a introdução e operação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (televisão) com tecnologia digital e dá outras providências.

Autor: Deputado EDUARDO SCIARRA

Relator: Deputado JOSÉ ROCHA

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Na reunião ordinária desta Comissão de Ciência e Tecnologia de 30 de outubro de 2013, foram suscitados questionamentos a respeito de dispositivos do Substitutivo ao Projeto de Lei em exame que versam sobre direitos autorais, especialmente no que tange a conteúdos caídos em domínio público.

De fato, a reflexão sobre os pontos questionados na reunião demonstra a necessidade de alteração do dispositivo do Substitutivo que trata das regras de reprodução dos conteúdos de TV transmitidos mediante a tecnologia digital. O objetivo da mudança é atribuir aos usuários dos serviços de televisão aberta o direito de reproduzir irrestritamente os conteúdos transmitidos em alta definição que já houverem caído em domínio público, em adição às hipóteses já mencionadas na proposição. A medida visa harmonizar o texto do Substitutivo aos princípios gerais da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, tornando mais claro que a reprodução dos conteúdos caídos em domínio público não estará sujeita a pagamento de direitos autorais.

Em síntese, a proposta é que o inciso II do § 5º do art. 3º do Substitutivo passe a dispor da seguinte redação:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Art. 3º

.....

§ 5º

.....

*II – reproduzir irrestritamente o conteúdo veiculado em tempo real pela geradora ou retransmissora com a mesma qualidade do sinal recebido no terminal, desde que a reprodução não represente ofensa aos direitos autorais, **ou que as obras, interpretações ou execuções, fonogramas ou emissões objeto da emissão pertençam ao domínio público**, nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.*

.....”

Portanto, o voto é: a) pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 6.915, de 2006; b) pela APROVAÇÃO das Emendas EMC nº 1/2007, nº 2/2007 e nº 1/2011, pelos motivos elencados no parecer apresentado por este Relator em 28 de junho de 2012; c) pela APROVAÇÃO da Emenda ao Substitutivo ESB nº 1/2012, pelas razões apontadas no “Parecer à Emenda Apresentada ao Substitutivo”, apresentado por este Relator em 30 de abril de 2013; e d) pela APROVAÇÃO da alteração no inciso II do § 5º do art. 3º do Substitutivo, pelos argumentos expostos neste Complemento de Voto; nos termos do SUBSTITUTIVO em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado JOSÉ ROCHA
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI nº 6.915, DE 2006

Dispõe sobre a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens prestado por meio da tecnologia digital e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens prestado por meio da tecnologia digital e dá outras providências.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens por meio da tecnologia digital reger-se-á pelas disposições estabelecidas por esta Lei, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e pela regulamentação expedida pelo Poder Executivo.

Art. 2º Poderão ser prestados serviços de valor adicionado sobre a plataforma digital de radiodifusão de sons e imagens, desde que não restem prejudicadas as obrigações da concessionária ou autorizada com respeito ao serviço de radiodifusão de sons e imagens e que sejam observadas as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se serviço de valor adicionado a atividade que acrescenta, a um serviço de radiodifusão que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

Art. 3º Os terminais de acesso ao serviço de radiodifusão digital de sons e imagens comercializados no País deverão ser certificados,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

diretamente ou por delegação, pelo órgão do Poder Executivo competente para expedir e reconhecer a certificação de produtos de telecomunicações.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se terminal de acesso qualquer equipamento que se destine à recepção de sons e imagens originados do serviço de radiodifusão de sons e imagens através da tecnologia digital.

§ 2º O órgão responsável pela certificação dos terminais de acesso deverá atestar o cumprimento da regulamentação técnica sobre as características dos equipamentos terminais de acesso, especialmente no que se refere a recursos de **multiprogramação**, acessibilidade, interatividade e de prevenção de cópia ilícita de programação e inovações tecnológicas incorporadas ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T, **bem como garantir a proteção contra interferências provenientes de serviços que ocupem faixas adjacentes no espectro radioelétrico.**

§ 3º O fornecimento de terminal em desconformidade com os padrões técnicos estabelecidos pelo Poder Executivo sujeitará o infrator à multa de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) por terminal comercializado, sem prejuízo das sanções cabíveis de natureza civil e penal.

§ 4º Além de atender os critérios previstos no § 2º deste artigo, os equipamentos terminais de acesso deverão dispor das seguintes características:

I – tecnologia capaz de interpretar as informações sobre a gestão de direitos transmitidas pelas emissoras e retransmissoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens digital que faculte a limitação de reprodução ilícita de conteúdos através de suas interfaces de saída nos termos fixados em Lei;

II – canal suplementar de áudio destinado à narração em voz de cenas e imagens;

III – decodificador de informações de subtitulação enviadas por meio de legenda oculta, com capacidade de sintetizar a Linguagem Brasileira de Sinais – Libras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 5º Independentemente da autorização da geradora ou retransmissora de radiodifusão de sons e imagens, o usuário do terminal de acesso poderá:

I – reproduzir em mídia o conteúdo veiculado em tempo real pela geradora ou retransmissora com a mesma qualidade do sinal recebido no terminal, desde que o faça para uso doméstico e que a mídia gravada não seja passível de cópia com qualidade superior à de definição padrão, e

II – reproduzir irrestritamente o conteúdo veiculado em tempo real pela geradora ou retransmissora com a mesma qualidade do sinal recebido no terminal, desde que a reprodução não represente ofensa aos direitos autorais, **ou que as obras, interpretações ou execuções, fonogramas ou emissões objeto da emissão pertençam ao domínio público**, nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

§ 6º Para efeito do disposto no § 5º deste artigo, considera-se mídia qualquer meio empregado pelo usuário para armazenamento dos sinais de radiodifusão de sons e imagens recebidos pelos terminais de acesso.

§ 7º O conceito da qualidade de definição padrão de que trata o inciso I do § 5º deverá ser fixado e atualizado pelo Poder Executivo de acordo com o estágio de evolução tecnológica da radiodifusão de sons e imagens.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo a sua regulamentação no prazo de 60 (sessenta) dias.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado JOSÉ ROCHA
Relator